

A furtiva saga dos ODM aos ODS

in: *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*, orgs: Klaus FREY, Pedro H.C. TORRES, Pedro R. JACOBI e Ruth F. RAMOS. Santo André: Editora UFABC, 2020, p.20-31.

José Eli da Veiga¹

A dinâmica político-social do período que separou os ODM dos ODS foi bem reveladora dos avanços e percalços da legitimação desse novo valor que é a sustentabilidade. Principalmente no âmbito de sua precária governança mundial. Por isso, este capítulo está centrado no exame da evolução institucional, dando continuidade às reflexões anteriores propostas em Veiga (2013, 2015, 2017 e 2019).

Mesmo que inclua alguns comentários sobre a efetividade normativa desses dois pacotes de objetivos globais de desenvolvimento - e até sobre eventuais desdobramentos do segundo - privilegia a história em detrimento de inevitáveis balanços da experiência ODM e especulações sobre o potencial dos ODS.

Duas trincas

A adoção pelas Nações Unidas de ‘objetivos’ de desenvolvimento com ‘metas’, ‘prazos’ e ‘indicadores’ foi muito mais intrincada do que as aprovações de seus sempre muito prolixos “sermões” sobre o tema: a *Agenda 2030* (2015), a *Declaração do Milênio* (2000) e as imediatamente precedentes *Uma Agenda para o Desenvolvimento* (1994) e *Agenda 21* (1992).

Para começar, é redondamente errônea a repetidíssima afirmação de que os oito ODM tenham sido parte integrante da *Declaração do Milênio*. Pior: eles jamais chegaram a passar pelo escrutínio da instância que teria a atribuição e competência para aprová-los: a Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA, no acrônimo em inglês). Ao contrário, foram apensados, no ano seguinte, como curto anexo às sessenta páginas da *Declaração*, na esteira de grande encontro do Banco Mundial em Washington D.C. entre 19 e 21 de março de 2001. Conclave

¹ Professor sênior do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (IEE/USP). Com agradecimentos a Arilson Favareto e Eduardo Viola, que comentaram versão preliminar.

durante o qual foram bem acirrados os debates sobre o que até ali vinha sendo chamado de “IDGs” (International Development Goals) por serviços de assistência/ajuda das organizações internacionais (especialmente o da OCDE).

Mais: o conjunto dos ODM só foi mesmo confirmado - e informalmente - no contexto do chamado “Consenso de Monterrey”, de março de 2002. E quase foram esquecidas referências a meio ambiente e sustentabilidade, que depois acabaram por entrar no sétimo ODM². De resto, o oitavo só foi inserido bem mais tarde, e por forte pressão do G77. Ou seja, a ONU demorou bastante para assumir a abordagem dita “SMART”³, que desde meados dos anos 1990 fora importada da iniciativa privada pelo organismo da OCDE dedicado à ajuda oficial aos países pobres (o DAC: Development Assistance Committee).

Muito mais do que simplesmente fazer jus à pré-história dos ODM - resumida em DEVARAJAN et al. (2002) e primorosamente narrada por David Hulme (2009) - tais fatos são dos mais relevantes para a compreensão da emergência dessa inédita e múltipla ‘norma’ de governança mundial do desenvolvimento. O que impõe ao menos três breves considerações ou advertências.

- 1) É preciso explicitar que a expressão “governança global” tem servido para designar atividades geradoras de instituições (normas, regras do jogo) que possam garantir que um mundo formado por Estados-nação se governe sem que disponha de governo central. Atividades para as quais também contribuem muitos atores da sociedade civil, além de, é claro, governos nacionais e organizações internacionais.
- 2) É verdade que, sob tal prisma, alguma governança global do desenvolvimento tenha sido fecundada desde a “Paz de Versalhes”, em 1919-20, com a tentativa de reunir todas as nações na precursora da

² Mais de dez anos depois, Lord Mark Malloch-Brown - o administrador do PNUD que coordenou tal operação nos subsolos da ONU - revelou ao *The Guardian* (16/11/2012) que já tinha despachado o documento final quando se deu conta de tal esquecimento ao cruzar com o titular do PNUMA (hoje ONU Meio Ambiente). “*Developing the MDGs was a bit like a nuclear fusion*”: <https://www.theguardian.com/global-development/2012/nov/16/mark-malloch-brown-mdgs-nuclear>

³ Nessa visão, metas (*targets*) devem ser “*Stretching, Measurable, Agreed, Recorded and Time-limited*”.

ONU, a Liga das Nações. O acordo anexado aos cinco tratados desse biênio foi o primeiro documento plurilateral da história a se referir explicitamente à necessidade de cooperação com tal finalidade, além de ressaltar as diferenças entre os “estágios de desenvolvimento” em que se encontravam os territórios do Império Otomano e as ex-colônias alemãs da África. Afirmou solenemente que o desenvolvimento de todos esses povos constituía “sagrado dever da civilização”.

- 3) Todavia, alguma governança global do desenvolvimento só começou a emergir, de fato, um quarto de século depois, com o reordenamento posterior à derrota do nazi-fascismo. Favorecer condições de “progresso e desenvolvimento econômico e social” é o terceiro propósito ou missão da ONU⁴, depois de dois de seus principais pré-requisitos: a) manutenção da paz e da segurança; e b) promoção dos direitos humanos.⁵

Também é tripla a própria natureza do complexo ONU, como tão bem realçam - há um quarto de século - Thomas G. Weiss e colegas (2017), nas oito edições da melhor obra sobre o tema. Chamam de “Primeira ONU” a própria arena construída pelos Estados membros (hoje 193 mais dois observadores) para a compatibilização de seus interesses às mais amplas injunções da cooperação multilateral. A segunda é formada pela gigantesca organização burocrática, com o comando de um Secretário-Geral (Ban Ki-moon entre 2007 e 2017) sobre imenso corpo de funcionários espalhados no apoio à Assembleia Geral, a

⁴ Prevista no artigo 55 da Carta adotada em 26 de junho de 1945 por seus 51 Estados fundadores, ao final da longa Conferência de San Francisco. Mas sempre será bom lembrar que ela foi precedida por Declaração de 1º de janeiro de 1942, assinada somente pelas 26 nações que se aliaram na luta contra o nazi-fascismo sob a liderança dos Estados Unidos e do Reino Unido.

⁵ A terceira missão da ONU começou a ser operacionalizada desde 4 de dezembro de 1948, com duas significativas resoluções da Assembleia Geral (198-III e 200-III) que começaram a estabelecer a divisão do trabalho entre o Conselho Econômico e Social (Ecosoc) e a Secretaria Geral. E que enfatizaram a necessidade de que o também recém-criado Banco Mundial superasse as dificuldades de fazer empréstimos aos países mais subdesenvolvidos, tratados eufemisticamente de “menos desenvolvidos”. Mais: nem dois meses depois, em 20 de janeiro de 1949, o discurso inaugural do novo presidente dos EUA Harry S. Truman (1884-1972) incluiu a promoção do desenvolvimento como seu quarto tópico. Foi o texto do que iria se tornar o célebre “Ponto IV”, início de uma verdadeira “Era do Desenvolvimento”, segundo a fórmula de um de seus melhores historiadores (Rist, 1997:171).

diversos Conselhos e a muitas Agências.⁶ A terceira é a rede formada por ONGs, experts, executivos de corporações, representantes da mídia e acadêmicos que atuam nos corredores e arredores das outras duas.

Aspecto essencial do que aqui está sendo chamado de “furtiva saga” é o forte contraste entre a imensa preponderância da segunda ONU no parto dos ODM, e a influência absolutamente crítica e inédita que teve a terceira ONU na concepção e legitimação dos ODS pela UNGA. Mas esse é um contraste cujo significado só pode ser avaliado à luz de fatos ocorridos entre 2002 e 2015.

O legado dos ODM

Os ODM não foram facilmente assumidos pelo conjunto da primeira ONU, e mesmo por diversas das agências especializadas da segunda. Um claro indício está no longo documento final da Cúpula Mundial de 2005, aprovado pela Assembleia Geral em 16 de setembro (UNGA, 2005). Em 38 páginas, há várias menções aos ODM, mas sempre precedidas do termo “inclusive”. Prevaleceu nessa cúpula - de 2005 - a exigência de que objetivos de desenvolvimento fossem primeiro enfatizados de forma bem ampla, geral e irrestrita, para, tão somente na sequência, surgirem menções aos ODM como um conjunto mais específico e secundário.⁷ O que não deixou de ser forte incentivo para que fossem menosprezados por agências não diretamente envolvidas com a terceira missão, o desenvolvimento.⁸

Sempre houve ferrenho combate das nações islâmicas (com a preciosa ajuda do Vaticano e de outros segmentos cristãos conservadores) à inclusão, em quaisquer que fossem os objetivos de desenvolvimento, do direito à saúde reprodutiva, planejamento familiar e empoderamento das mulheres.

⁶ O chamado “sistema das Nações Unidas” tem ao menos: a) 17 agências especializadas e órgãos relacionados; b) 14 fundos/programas; c) 17 departamentos e escritórios da Secretaria Geral; d) 5 comissões regionais; e e) 5 instituições de pesquisa/treinamento.

⁷ Há, nesse documento, cinco explícitas repetições da seguinte fórmula: “...*development goals, including the Millennium Development Goals*”.

⁸ “*The specialized agencies were initially not engaged and some took several years before incorporating the MDGs into their programming*” (Weiss et al., 2017: 330).

Em tais circunstâncias, não deixa de ser surpreendente o quanto têm sido positivas as avaliações sobre o papel desempenhado pelos ODM na promoção do desenvolvimento. A começar, é claro, pelo balanço oficial - **The Millennium Development Goals Report 2015** - que deu grande destaque às comparações entre 2015 e 1990. Por um lado, reduções da pobreza (de 47% para 14%), da desnutrição (23,3% para 12,9%), da mortalidade infantil (90/1000 para 43/1000), da mortalidade materna (430 para 230), e da dívida externa como percentual do valor das exportações (12% para 3%). Por outro, ampliação dos acessos à escolarização primária (de 80% para 91%), à água potável (70% para 89%), e ao saneamento básico (43% para 62%).

Mas quase não diferem outros balanços mais rigorosos de destacados experts. Em 2018, Jan Vandemoortele (ex-funcionário da Unicef, Pnud e OIT) publicou interessante avaliação que qualifica os ODM como simplórios (*simple-minded*) e os ODS como confusos (*muddle-headed*). Usando as cores dos semáforos para classificar relativos avanços que possam ter sido obra dos ODM, atribuiu a cor verde às áreas relacionadas com pobreza, fome, mortalidade infantil, saúde materna, água potável e doenças infecciosas. Só amarelo aos objetivos voltados à educação básica e à igualdade de gênero, âmbitos em que os progressos poderiam ter sido bem mais rápidos. E vermelho para o meio ambiente, em geral, assim como para o oitavo ODM, sobre “parceria para o desenvolvimento”. Justamente aquele que mais envolve as nações ricas. Em suma: respeitável progresso em termos de desenvolvimento humano, mas com graves ameaças. Para Vandemoortele (2018:84), os avanços não foram sustentáveis.

Também em 2018, sofisticada avaliação de dois pesquisadores da Brookings Institution concluiu que os países de mais baixas rendas tiveram aceleração positiva na maioria dos indicadores, e foram responsáveis por fortes acelerações do desenvolvimento. Os países de renda média geralmente registraram ganhos cumulativos maiores, mas menos aceleração no período. Os mais efetivos progressos foram em questões de vida e morte, particularmente na África Subsaariana. A conclusão da escola primária também mostrou considerável aceleração global. Outras medidas de necessidades básicas - como subnutrição, acesso a água e acesso a saneamento - mostraram padrões mistos de aceleração. A incidência de extrema pobreza de renda caiu a taxas

aceleradas na maioria das regiões. De resto, indicadores ambientais não mostraram evidências de progresso (McArthur e Rasmussen, 2018: 132).

Claro, deve-se desconfiar desses favoráveis balanços, pois é muito difícil separar a efetiva influência dos ODM dos outros vetores que, mesmo em sua ausência, poderiam ter contribuído para tais resultados. Todavia, uma outra análise de 89 economias menos desenvolvidas para o período 1990-2013 também considerou a qualidade das governanças nacionais. Por um lado, constatou que a incidência de pobreza tendeu a diminuir mais rapidamente em países que inicialmente tinham maior carência de renda, fenômeno que se acelerou após 2000, sugerindo que a adoção dos ODM pode mesmo ter sido fundamental para a redução da pobreza. Por outro, realçou a grande influência da ‘capacidade relativa dos Estados’, pois países que melhor administravam seus territórios em 1990 tiveram redução mais rápida da pobreza de renda e maior propensão a alcançar as metas dos ODM (Asadullah e Savoia, 2018).

Problema ainda mais sério é que todas essas citadas contribuições costumam deixar de lado a dimensão política da emergência, legitimação e desempenho dos ODM, ao contrário do que fazem outras seis, também publicadas em 2018 pelo periódico *Dialogues in Human Geography*. Só que o grande consenso entre esses geógrafos é que os ODM serviram essencialmente para a legitimação de “processos e governabilidades neoliberais” (Liverman 2018a e 2018b). Felizmente, também há críticas mais razoáveis, como se verá a seguir.

Salto quântico

As mais circunstanciadas e profundas análises - tanto sobre o legado dos ODM, quanto sobre a espécie de salto quântico institucional que gerou os ODS - têm a autoria (ou co-autoria) de Sakiko Fukuda-Parr, atualmente professora de relações internacionais da nova-iorquina The New School, depois de notável carreira nas Nações Unidas.⁹

⁹ Embora desatualizado, seu perfil na *wikipedia* registra informações importantes sobre sua trajetória: https://en.wikipedia.org/wiki/Sakiko_Fukuda-Parr. E boa amostra - atualizada - de sua produção intelectual sobre ODM e ODS está nas referências bibliográficas deste capítulo.

A melhor referência só pode ser, com certeza, o recentíssimo número especial do periódico *Global Policy*¹⁰ sobre os ODS, mas que não dispensa consulta a iluminado artigo anterior sobre a dinâmica institucional que transformou os ODM em ODS (Fukuda-Parr, 2016).

Também não há descrição analítica mais minuciosa de tal dinâmica do que a publicada em 2018 por iniciativa do diplomata queniano Macharia Kamau, um dos principais condutores da preparação dos ODS e da *Agenda 2030* no âmbito da UNGA. É desse relato (Kamau et al., 2018) - como indispensável evidência empírica das análises mais teóricas propostas por Fukuda-Parr - que se pode extrair ao menos as seguintes cinco observações:

- 1) Além de contrastarem em propósito e concepção, as duas baterias de objetivos de desenvolvimento voltadas para 2015 e 2030 também foram frutos de processos políticos de elaboração radicalmente diferentes. Como já foi destacado acima, os ODM resultaram essencialmente das discussões dos anos 1990 sobre a agenda da famosa ajuda/assistência que o Norte se comprometeu a dar ao Sul, desde 1948. Neste sentido, parecem ter sido extremamente benéficos, já que o total da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA, na sigla em inglês) foi multiplicado por 18 entre 2000 e 2014 (de US\$ 7 bilhões para US\$ 124 bilhões).
- 2) Nada a ver, contudo, com os ODS, que ambicionam a sustentabilidade do desenvolvimento, tanto no Sul quanto no Norte. E que foram essencialmente influenciados pelos inéditos procedimentos adotados pelo ‘Open Working Group’ (OWG) da Assembleia Geral (UNGA). Um ‘grupo aberto’ que resultou de breve dispositivo do esquizofrênico documento final da Rio+20: *O Futuro Que Queremos* (2012). E com iniciativas que acabaram por completamente ofuscar os esforços do ‘High-Level Task Force of Eminent Persons’, anteriormente criado por Ban Ki-moon para propor a então chamada ‘Agenda Pós-2015’.

¹⁰ Que Sakiko Fukuda-Parr organizou com o economista político Desmond McNeill, professor da Universidade de Oslo, e membro do IPES-Food: The International Panel of Experts on Sustainable Food Systems.

- 3) Nos ODM (2002), tanto quanto na *Declaração do Milênio* (2000), havia largamente prevalecido a concepção de que o desenvolvimento é equivalente à erradicação (ou minimização) da extrema pobreza. Algo inteiramente superado, mais de dez anos antes, tanto pela proposta de ‘desenvolvimento humano’ do PNUD, quanto pela de ‘desenvolvimento sustentável’ do *Relatório Brundtland* (1987), consagrada pela *Agenda 21* (1992). Infensos, ou mesmo hostis, às discussões provocadas pela ideia de “desenvolvimento como liberdade” e à “abordagem das capacitações” - que também há muito haviam sido avançadas por Amartya Sen - os engenheiros dos ODM optaram por viés reducionista que - sintomaticamente - chegou a ser apelidado por altos funcionários da ONU de “Minimum Development Goals” (Harcourt, 2005:1). Desnecessário acrescentar que os ODS vão em direção diametralmente oposta, já que incluem metas de difícil cumprimento até pelos mais avançados países escandinavos.
- 4) Os ODM foram concebidos por técnicos de grandes organizações internacionais, como OCDE e BIRD, em seguida assimilados por funcionários da segunda ONU, e depois aceitos (com forte relutância inicial) pelos países membros. Praticamente não contaram com consultas prévias às organizações que compõem a terceira ONU. Já os ODS, foram construídos em formidável parceria, dentro da Assembleia Geral, entre representantes das trinta nações mais proativas e uma miríade de organizações da sociedade civil. Aliás, até ali a UNGA nem tinha regras para o credenciamento de ativistas ou militantes da terceira ONU.
- 5) Isso tudo não significa que os ODS - apesar de 17 - cubram todos os mais importantes vetores do desenvolvimento sustentável. As difíceis negociações sobre o Objetivo 16 - “Promover sociedades pacíficas e inclusivas, acesso à justiça e instituições eficazes” - resultaram em farisaicas referências a certos aspectos críticos, como a boa governança, o primado do direito, responsabilização democrática, graves questões de

segurança e mesmo direitos humanos.¹¹ De resto, seu monitoramento tende a ficar quase que exclusivamente a cargo dos governos.¹²

Transformação factível?

É nítido, então, que a saga dos ODM aos ODS foi passo decisivo da legitimação da sustentabilidade como novo valor, e da consolidação do desenvolvimento sustentável como a primeira utopia do Antropoceno. Além disso, os ODS certamente constituem oportuno convite a se pensar novas formas de relação entre sociedade e natureza (Favareto 2018 e 2019).

Há, porém, imensa distância entre a dimensão retórica das relações internacionais - particularmente as que ocorrem no âmbito das Nações Unidas - e efetivos avanços em termos de governança. Por melhor que venha a ser o empenho global no cumprimento da Agenda 2030, somente 12 dos 17 ODS tendem a ser conquistados.

O que autoriza tão modesto prognóstico de sucesso é a modelagem do complexo Terra tocada pelo norueguês Jorgen Randers, com ajuda de pesquisadores do Stockholm Resilience Centre (SRC). Ela tem a ambição de avaliar - à luz dos ODS - as fronteiras ecológicas planetárias identificadas pelo SRC desde 2009.

¹¹ As representações diplomáticas do Brasil e da Rússia chegaram mesmo a articular a completa supressão do Objetivo 16, como alertou o “furo” de Mariana Schreiber, da BBC Brasil em Londres, em 27 de junho 2014. Mas tal iniciativa foi esmagada pela habilidade dos coordenadores das negociações no uso do chamado “*horse trading*” (elegante versão do ‘toma-lá-dá-cá’), como explicam os capítulos 6 e 7 de Kamau et al. (2018). E não há melhor testemunho dessa vitória do que o próprio texto da **Agenda 2030**, ao se referir quatorze vezes aos Direitos Humanos, condicionar o Desenvolvimento Sustentável à conquista de Paz e Segurança, e enfatizar a ambição por “*um mundo em que a democracia, a boa governança e o Estado de Direito (...) são essenciais para o desenvolvimento sustentável (...)*” (parágrafo 9).

¹² “The principles of democratic accountability are not even being applied to the monitoring of SDG progress, which is to be firmly in government hands” (Weiss e al., 2017: 331). Mas não foi isso que provocou tão azedas reações iniciais de antipatia: “Perceptions that they are bloated and lacking in coherence led commentators to suggest alternative reading of the acronym ‘SDGs’. *The Economist*’s leader on 28 March 2015 suggested ‘Stupid Development Goals’ (...). The US development economist, William Easterly, dubbed them ‘Senseless, Dreamy, Garbled’” (Fukuda-Parr, 2016: 44).

Os dois produtos já divulgados dessa colaboração – versão preliminar de artigo científico e brochura “popular” (Randers *et al.*, 2018a, 2018b) – que resultam de meio século de invejável perseverança investigativa¹³ - sugerem que será esse o resultado no melhor dos três cenários estudados: aquele em que o mundo realmente se esforça para alcançar os ODS, transferindo mais recursos humanos e financeiros para os projetos que efetivamente ajudam a alcançá-los.

Mas não chega a ser má notícia para os que acompanham a evolução da esperança de Jorgen Randers. Em 2004, ele manifestou total convicção de que a humanidade continuará na busca de seus anseios de curto prazo, ignorando os sinais até que seja tarde demais. Com tristeza, afirmou que a sociedade não optará por um admirável mundo novo de desenvolvimento sustentável (Meadows *et al.*, 2004, p. xvi). No entanto, em 2018, depois de rodar seu sofisticado modelo ‘Earth3’, foi o principal autor de relatório segundo o qual a transformação é, sim, factível (Randers 2018b).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

a) Documentos oficiais (ordem cronológica)

1987 - Relatório Brundtland - Gro Harlem Brundtland (org). *Nosso futuro comum*. Editora FGV, 1987; *Our Common Future*, Oxford University Press, 1987

1992 - Agenda 21: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>

1994 - Uma Agenda para o Desenvolvimento. *An Agenda for Development Report of the Secretary-General*, A/48/935, 6 May 1994: <http://www.un-documents.net/a48r166.htm>

2000 - Declaração do Milênio: <https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>

2002 - Consenso de Monterrey: https://pt.wikipedia.org/wiki/Consenso_de_Monterrey

2005 - UNGA - United Nations - General Assembly. *Resolution adopted by the General Assembly on 16 September 2005*. A/RES/60/1, 24 October 2005, 38 p. http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_60_1.pdf

2012 - O Futuro Que Queremos - Declaração final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), Rio de Janeiro 20 a 22 de junho de 2012. <http://www2.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/O-Futuro-que-queremos1.pdf>

2015 - Agenda 2030: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

¹³ Pois também foram proezas do professor Randers as projeções que viabilizaram três grandes exercícios prospectivos anteriores, todos em coautoria com o casal Donella e Dennis L. Meadows: o mais do que célebre *Limits to Growth*, de 1972, e os ainda mais importantes – embora bem menos conhecidos – *Beyond the Limits*, de 1992, e *Limits to Growth: The 30-Year Update*, de 2004.

2015 - **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development (2015)** United Nations General Assembly (UNGA) A/RES/70/1, Resolution adopted on 25 September 2015. http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E

2015 - CEPAL - Naciones Unidas - **América Latina y el Caribe: una mirada al futuro desde los Objetivos de Desarrollo del Milenio**. Informe regional de monitoreo de los ODM en América Latina y Caribe, 2015, 90 p.

2015 - **The Millennium Development Goals Report 2015**, United Nations, New York, 75 p. [http://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20\(July%201\).pdf](http://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20(July%201).pdf)

2015 - World Health Organization (2015) **Health in 2015 - from MDGs to SDGs**, 216 p. <https://www.who.int/gho/publications/mdgs-sdgs/en/>

b) Outros

ASADULLAH, M. Niaz e Antonio Savoia (2018) “Poverty reduction during 1990-2013: Did *millennium* development goals adoption and state capacity matter? *World Development* 105 (2018) 70-82.

BOUTROS-GHALI, Boutros (1995) “ONU: uma Agenda para o Desenvolvimento”, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, disponível em: www.iea.usp.br/observatorios/ensinosuperior

DEVARAJAN, Shantayanan; Margaret J. Miller; Eric V. Swanson (2002) “Goals for Development - History, Prospects, and Costs”. *Policy Research Working Paper 2819, The World Bank* (Human Development Network, Office of the Vice President and Development Data Group), April 2002, 44 p.

FAVARETO, Arilson (2019) “Agenda 2030, a dimensão territorial do desenvolvimento brasileiro e os vetores de uma transição ecológica”. *Série Textos para Discussão n. 1. Projeto Agenda Territórios 2030*. São Paulo: Cebrap/UFABC 2019.

FAVARETO, Arilson (2018) “O combate à pobreza na América Latina e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - A necessidade de um enfoque relacional”. *Revista Grifos* 45, p. 13-52

FUKUDA-PARR, Sakiko (2019) “Keeping Out Extreme Inequality from the SDG Agenda - The Politics of Indicators”. *Global Policy*, Special Issue: *Knowledge and Politics in Setting and Measuring SDGs* - Vol. 10, Issue S1, January 2019, p. 61-69.

FUKUDA-PARR, Sakiko (2018) “Sustainable Development Goals”. In: *The Oxford Handbook on the United Nations*, (online august 2018).

FUKUDA-PARR, Sakiko (2016) “From the Millennium Development Goals to the Sustainable Development Goals: shifts in purpose, concept, and politics of global goal setting for development”. *Gender & Development*, 24:1, 43-52.

FUKUDA-PARR, Sakiko (2013) “Global Development Goal Setting as a Policy Tool for Global Governance: Intended and Unintended Consequences”. *Working Paper number 108*, April 2013, International Policy Centre for Inclusive Growth, 21 p.

FUKUDA-PARR, Sakiko e McNeill (2019) “Introduction” - *Global Policy*, Special Issue: *Knowledge and Politics in Setting and Measuring SDGs* - Vol. 10, Issue S1, January 2019, p. 5-15.

FUKUDA-PARR, Sakiko e David Hulme (2011) “International Norm Dynamics and the ‘End of Poverty’: Understanding the Millennium Development Goals”. *Global Governance* 17 (2011), 17-36.

GLOBAL POLICY SPECIAL ISSUE (2019) - *Knowledge and Politics in Setting and Measuring SDGs* - Vol. 10, Issue S1, January 2019, 158 p.

HARCOURT, Wendy. “The millennium development goals: A missed opportunity”. *Development* 48: 1-4.

HIGGINS, Kate (2013) “Reflecting on the MDGs and Making Sense of the Post-2015 Development Agenda”, *NSI (The North-South Institute) Research Report*, may, 48 p.

HULME, David (2009) “The Millennium Development Goals (MDGs): A Short History of the World’s Biggest Promise”. *BWPI Working Paper 100*. The University of Manchester Brooks World Poverty Institute, September.

KAMAU, Macharia; Pamela Chasek; David O’Connor (2018) *Transforming Multilateral Diplomacy: The Inside Story of the Sustainable Development Goals*. London: Routledge.

LIVERMAN, Diana M. (2018a) “Geographic perspectives on development goals: Constructive engagements and critical perspectives on the MDGs and the SDGs”. *Dialogues in Human Geography* 2018, vol. 8(2) 168-185.

LIVERMAN, Diana M. (2018b) “Development goals and geography: An update and response”. *Dialogues in Human Geography* 2018, vol. 8(2) 206-211.

MEADOWS, Donella H. *et al.* (1972) [MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jorgen; BEHRENS III, William W.]. *The Limits to Growth*. Nova York: Universe Books.

MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jorgen (1992). *Beyond the Limits*. Vermont: Chelsea Green Publishing Company.

MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jorgen (2004). *Limits to Growth: The 30-Year Update*. Vermont: Chelsea Green Publishing Company.

McARTHUR, John W. e Krista Rasmussen (2018) “Change of pace: Accelerations and advances during the Millennium Development Goal era”. *World Development* 105 (2018) 132-143.

RANDERS, Jorgen *et al.* (2018a) [ROCKSTRÖM, Johan; STOKNES, Per-Espen; GOLUKE, Ulrich; COLLSTE, David; CORNELL, Sarah; DONGES, Jonathan]. “Achieving the 17 Sustainable Development Goals within 9 Planetary Boundaries” (versão de 3 de dezembro de 2018). Non-peer reviewed preprint submitted to EarthArXiv: <https://doi.org/10.31223/osf.io/xwevb> .

RANDERS, Jorgen *et al.* (2018b) [ROCKSTRÖM, Johan; STOKNES, Per-Espen; GOLUKE, Ulrich; COLLSTE, David; CORNELL, Sarah]. *Transformation is Feasible: How to Achieve the Sustainable Development Goals within Planetary Boundaries* (relatório ao Clube de Roma do Stockholm Resilience Centre e BI Norwegian Business School), 17 de outubro, 58 p.

RIST, Gilbert (1997) *The History of Development: From Western origins to global faith*. Londres: ZED Books.

SAITH, Ashwani (2006) “From Universal Values to Millennium Development Goals: Lost in Translation”. *Development and Change* 37(6): 1167-1199.

SCHREIBER, Mariana (2014) “Brasil lidera racha polêmico sobre novos objetivos do milênio da ONU”, da *BBC Brasil* em Londres, 27 de junho 2014: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/06/140627_objetivos_onu_ms

SEN, Amartya (1999) *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

VANDERMOORTELE, Jan (2018) “From simple-minded MDGs to muddle-headed SDGs”. *Development Studies Research*, vol. 5, nº 1, 83-89.

VEIGA, José Eli da (2019a) *Sustentabilidade; A legitimação de um novo valor*. Terceira edição no prelo; primeira em 2010). São Paulo: Editora Senac-SP.

VEIGA, José Eli da (2019b) “Deplorável inércia” *Ciência & Cultura* vol. 71, n. 1, p. 27-33.

VEIGA, José Eli da (2019c) *O Antropoceno e a Ciência do Sistema Terra*. S. Paulo: Editora 34.

VEIGA, José Eli da (2017) “A primeira utopia do Antropoceno”, *Ambiente & Sociedade*, vol. XX, n. 2, abril-julho 2017, pp. 233-252.

VEIGA, José Eli da (2015) “Um alvo abrangente para 2030”, capítulo 4 do livro *Para entender o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Editora 34, pp. 119-155.

VEIGA, José Eli da (2013) *A desgovernança mundial da sustentabilidade*. S Paulo: Editora 34.

WEISS, Thomas G.; David P. Forsythe; Roger A. Coate e Kelly-Kate Pease (2017) *The United Nations and Changing World Politics*. (8ª edição; 1ª 1993) Westview Press.